

RESUMO

Um dos objectivos deste trabalho passa pela mudança de perspectiva da narrativa histórica da Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços (Seixal). Para o fazer é fundamental contar a sua história não só através da visão académica de arqueólogos, historiadores e museólogos, mas também por quem as viveu e quem é, frequentemente, relegado para segundo plano. O primeiro autor, Francisco Moura, é também o último fogueiro da caldeira e maquinista da máquina a vapor que era o motor central de energia da fábrica. Ao contrário do que é comum em abordagens arqueológicas, este artigo, é desta forma, também da autoria de alguém que viveu a fábrica. Em última análise, este artigo ambiciona desconstruir a hierarquia académica que tantas vezes silencia os protagonistas da história.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia industrial; História Oral; Património Cultural Imaterial.

ABSTRACT

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

KEY WORDS: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

RÉSUMÉ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

MOTS CLÉS: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Descolonizar a Arqueologia Industrial

o caso da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços

Francisco Moura ¹, João Luís Sequeira ², Tânia Casimiro ³,
Joel Santos ⁴, Afonso Leão ^{3,5} Susana Pacheco ^{3,5} e Margarida Pogarell ⁶

1. EU, O FOGUEIRO

“Chamo-me Francisco Manuel Gomes Moura e nasci a 15 de Fevereiro de 1965. O dia em que nasci tem uma história. Quando chegou a altura de eu nascer, a minha mãe foi de ambulância para Cacilhas. Nesse tempo ainda não havia ponte. Quando a ambulância chegou a Cacilhas já o barco tinha largado do cais. Nesse tempo, se o barco estivesse a meio do Tejo e se a ambulância tocasse, o barco continuava para Lisboa. Mas se estivesse a menos de meio do Tejo tinha de voltar para trás e saía um automóvel para entrar a ambulância. E foi quando a ambulância entra dentro do batelão, deu um solavanco e foi nesse momento que eu nasci. É o que dizem o meu irmão mais velho e uma madrinha de uma irmã minha. A ambulância estava dentro e metade fora do barco. Praticamente cresci dentro da Fábrica da Pólvora, a minha família trabalhou lá, foi lá que brinquei, foi lá que eu aprendi muito com os mais velhos. Mas quando chegou a altura de trabalhar, fui servente na construção civil, depois passei a pedreiro e trabalhei também como carpinteiro com o meu cunhado. Fiz de tudo na construção civil, até fui carpinteiro. Quando mais tarde vim trabalhar para a fábrica, assentei praça lá em cima nos peneiros e depois fui para a lustração. Mais tarde fui para as galgas, e das galgas fui para os trituradores. Quando voltei às galgas, foi para tomar conta daquela parte. Passei nas oficinas todas, menos na prensa. Mas como eu meti na cabeça que havia de trabalhar no sítio que para todos era o mais importante, que era a casa da máquina, sempre que tinha um bocadinho ia lá para aprender com o António José Pereira. Nenhum encarregado me disse para lá ir aprender, fui porque quis, porque era curioso. Depois chegou uma altura em que eu já sabia trabalhar com aquilo, mas sempre com muitos nervos ao princípio. Entrei em Abril de 1987 e em Setembro de 1989 comecei oficialmente a trabalhar com a máquina, por ordem do Engenheiro José Camello. Nunca tive formação nenhuma, costumo dizer que estudei para ser médico, mas fiquei-me pela 4.ª classe.”

¹ Mecânico, fogueiro e maquinista de máquina a vapor, Câmara Municipal do Seixal.

² Universidade do Minho; Universidade Nova de Lisboa, IHC - Instituto de História Contemporânea, CICS-NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

³ Universidade Nova de Lisboa, CFE-HTC - Grupo História, Territórios, Comunidades-Centro de Ecologia Funcional.

⁴ University of Leicester.

⁵ FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

⁶ Investigadora independente.

Por opção da autora, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

2. NÓS: O FRANCISCO, OS ARQUEÓLOGOS E HISTORIADORES

Um dos objectivos deste trabalho passa pela mudança de perspectiva da narrativa histórica da Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços. Para o fazer é fundamental contar a sua história não só através da visão académica de arqueólogos, historiadores e museólogos, mas também por quem a viveu e quem é, frequentemente, relegado para segundo plano. O primeiro autor, Francisco Moura, é também o último fogueiro da caldeira e maquinista da máquina a vapor que era o motor central de energia da fábrica. Ao contrário do que é comum em abordagens arqueológicas, este artigo, é desta forma, também da autoria de alguém que viveu a fábrica. Alguém cuja pele carrega a memória do lugar e cujas palavras soam com a certeza de quem esteve lá, até ao fim, literalmente. Os outros autores tiveram o privilégio de se juntar à voz do Francisco. Esta decisão conjunta de evidenciar, no meio de todos os autores, um testemunho tão directo em primeiro plano não é de todo accidental. Ao fazê-lo, estamos efectiva e conscientemente a romper com a tradicional hierarquização da autoridade académica, com todos os preceitos elitistas *arqueoaassépticos*, e a tentar criar um âmbito onde quem realmente viveu e construiu algumas das histórias dê voz às suas próprias narrativas. Aqui, através do conceito de “Lugar de Fala” da autora Djamilá RIBEIRO (2019) – que reconhece o direito de cada indivíduo a usar a sua própria voz a partir da sua experiência, independentemente da sua posição social –, o trabalhador, sobrevivente e contador de memórias, torna-se também autor. Não se trata de contar a história institucional, cronológica ou técnica da fábrica, mas sim de dar espaço para que a própria fábrica seja contada também por quem a fez existir. Trata-se de dar a voz a quem tem todo o direito de falar por si, porque também existem aqueles que não têm o privilégio social de comunicar ao mesmo nível dos outros que possuem a capacidade de se fazer ouvir. Os últimos são, normalmente, quem ocupa posições de destaque na sociedade ou na academia. Isso não acontecerá nesse espaço. Quem possuiu o privilégio social, possui o privilégio epistémico (RIBEIRO, 2019: 16), e é precisamente esta tendência que pretendemos contrariar, com este trabalho.

Dar voz a quem sofre de apagamento social e académico, ou seja, descolonizar, é um processo demorado e difícil. O conceito teórico de descolonizar é visto como um insulto aos padrões culturais e sociais pré-estabelecidos. Defendemos a definição de Stuart HALL (2003: 56) relativamente a relações coloniais: *“No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Actualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo”*.

Descolonizar o discurso arqueológico implica, entre muitos outros debates, estar consciente das desigualdades sociais e culturais entre diferentes indivíduos na sua diversidade identitária, e lutar contra a construção de narrativas hegemónicas que caracterizam a construção do passado (COELHO, 2020: 26).

Este trabalho ainda que o tente, pode falhar na forma e profundidade de como descoloniza. No entanto, este processo permitiu uma aprendizagem a todos os autores, que esperamos influencie a construção de narrativas sobre espaços tradicionalmente associados a elites e prosopografias, que ignoram quem fazia os equipamentos industriais funcionar.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

*“Não tive a noção do que tinha acontecido.
Acho que só me apercebi do que se passou quando cheguei
ao pé das pessoas, as caras de pânico delas....
Aí é que entrei em choque. Só quando cheguei
ao portão é que me dei conta do que
realmente tinha acontecido.”*

A Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Fig. 1) foi instalada no final do século XIX, e o seu percurso institucional está já bastante documentado (ver, por exemplo: FILIPE, SABINO e VERÍSSIMO, 2009; FILIPE, 2017a; CUSTÓDIO, 2012; SEQUEIRA, 2023a). Atravessou todo o século XX em laboração mais ou menos contínua, e foi um importante centro de produção de pólvora na margem sul do Tejo, tendo desempenhado um papel relevante na economia local e na produção de pólvora negra para as ex-colónias. Ao longo deste período, a fábrica enfrentou muitos desafios de segurança, especialmente devido à natureza perigosa dos materiais produzidos, sendo palco de acidentes e episódios absolutamente trágicos (por exemplo, os mais recentes a 12 de Janeiro de 1977, na produção do cordão detonante; ou a 4 de Abril de 2002), e algumas pontuais alterações tecnológicas, tais como adaptações a novas produções na linha do fabrico de materiais pirotécnicos. Encerrou definitivamente entre 2002 e 2003 e este processo foi transicional para uma nova realidade: a Fábrica passaria a fazer parte do Ecomuseu Municipal do Seixal (FILIPE, 2017b), até aos dias de hoje.

Do ponto de vista social, o episódio que marca de forma aparatosa o fim da fábrica enquanto local de produção industrial é o acidente de 4 de Abril de 2002, que vitimou Carlos Manuel Neves Rocha, Jorge Manuel Maria Daniel e o infeliz *Bolinhas* (SEQUEIRA, 2023b), e deixou marcas profundas quer a nível físico quer a nível psicológico a Francisco Moura. A ocorrência valeu-lhe uma estadia prolongada na Unidade de Queimados do Hospital de São José durante quatro meses, e mais dois no hospital da respectiva seguradora, em tratamentos e intervenções médico-cirúrgicas nas fronteiras mais obscuras da dor.

Em 2007, após este infindável percurso de sofrimento, o Francisco regressou ao local onde quase tinha perdido a vida. Neste ano, o Ecomuseu do Seixal propôs ao autor fazer parte do projecto que visava adaptar o espaço industrial em apreço a um local musealizado. Voltar a um sítio

FIG. 1 – Vista do edifício da casa da máquina a vapor da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços.



Foto: Francisco Moura.

que tinha visto a trabalhar durante tantos anos foi mais do que um choque. O abandono era visível em todos os espaços: a natureza reclamava o seu lugar, as máquinas estavam cheias de ferrugem, os pombos tinham os seus ninhos na casa da máquina. Especialmente, o edifício central onde se encontrava a caldeira da marca João Peres e a máquina a vapor de 1900, das oficinas francesas de Joseph Farcot. Algumas partes destes equipamentos estavam desmontados, o que levou a uma recuperação paciente e cautelosa das estruturas originais por parte de Francisco, que não perdeu tempo em iniciar assim o processo de restauro. A máquina a vapor, em tempos luzidia e aprumada, estava coberta de dejectos das aves e a desorganização era geral. O panorama não era animador. Mas este autor, a maior parte do tempo sem a companhia de mais ninguém, pôs mão à obra e meteu na cabeça que ia fazer o sistema voltar a funcionar, como sempre tinha funcionado.

“Era uma desolação. Os pombos fizeram ninho na casa da máquina, estava tudo sujo e com coisas desmontadas. Uma dor d’alma. Agarrei em desperdício, petróleo e lixa e limpei a máquina. E limpei também o chão, coisa que ainda hoje faço e tenho de lembrar muita gente que o chão faz parte da máquina.”

Entretanto, limpou o interior e reparou zonas exteriores dos edifícios do circuito, recuperou ferramentas e alfaías, afastou animais selvagens que, entretanto, encontraram refúgio nas oficinas abandonadas. O próprio fazia rondas nocturnas ao perímetro da fábrica, para se certificar que nenhum intruso invadia os espaços¹.

¹ “Numa das vezes que andava a recolher lenha para a caldeira, deparei-me com um homem enforcado numa árvore. Em Fevereiro de 2013, perto da oficina n.º 13, este episódio foi algo que nunca mais esqueci.”

Em Abril de 2008, os equipamentos centrais da fábrica, após demorada e paciente intervenção, voltaram a trabalhar. Francisco, autodidacta e movido pela sua paixão pelo local, consegue sem qualquer apoio profissional colocar o sistema principal a funcionar de novo e volta a ouvir as engrenagens da máquina a vapor e o apito da caldeira.

Mas havia mais vida para lá das máquinas do circuito da pólvora negra. O espaço onde antigamente se produziu pólvora negra, cordão detonante, rastilho lento, comprimidos de pólvora e pólvora “Diana”, estava longe de recuperar o espírito familiar que outrora o caracterizava. A transformação do local em Ecomuseu, um projecto que buscava preservar a memória industrial, dar uma nova vida aos espaços abandonados, e manter a vertente de museu vivo (FILIPE, 2020) e património global (DE VARINE, 1985), tinha como objectivo não só restaurar as máquinas, mas também revitalizar o local, indo ao encontro da envolvimento social. Foi nesse contexto que o Francisco Moura, estimulado pela ligação íntima, pela memória dos que ali trabalharam e também pelo seu próprio brio profissional, decidiu ir além da recuperação técnica e reactivar os elementos que trouxessem de volta a vitalidade quotidiana. Com isso, a horta ao lado da casa da caldeira foi novamente trabalhada, retomando a prática habitual dos trabalhadores da fábrica que, durante décadas, cultivaram aquela e outras hortas no perímetro da fábrica, e fora da mesma, para complementar as suas economias e obter géneros alimentares adicionais para as suas famílias. A criação deste espaço não apenas homenageava as práticas do passado, mas também se interligava ao espírito do Ecomuseu, que valoriza a interacção viva entre património e comunidade.

4. A RURALIDADE NA FÁBRICA

“Havia tempos mortos na fábrica, quando estávamos à espera que uma parte do processo da linha avançasse. Por isso é que se faziam hortas, se plantavam árvores. Às vezes até se davam nós nos troncos das árvores quando eram novas...”

A arqueologia industrial foca-se tradicionalmente (e de forma elitista) nos aspectos técnicos e estruturais das fábricas, analisando a evolução das tecnologias, a organização do trabalho e as infra-estruturas físicas. No entanto, para uma compreensão mais completa e séria da vida dentro dessas comunidades industriais, é essencial considerar também os aspectos do dia-a-dia das pessoas, muitas vezes de *backgrounds* rústicos e/ou agrícolas que coexistiam com a produção industrial. A Fábrica é, na realidade, um “ecossistema”, composto por desenvolvimento técnico e económico. Mas também por família, cultura, educação e tempos livres. Este capítulo propõe-se a explorar essa dimensão frequentemente negligenciada, justificando a sua importância através de várias perspectivas. De facto, a chamada de atenção para a parte rústica dentro da fábrica é tão vital como complementar para entender, numa perspectiva mais abrangente, a sustentabilidade e a resiliência das comunidades operárias. A arqueologia industrial deve considerar não apenas os artefactos e estruturas industriais, mas também as práticas quotidianas que sustentavam a vida dos trabalhadores (SMITH, 1967: 191; PALMER e NEAVESON, 1998: 8; CASELLA e SYMONDS, 2005: 37). Neste aspecto, e neste caso de estudo mais em concreto, encaramos a vida para lá da planta industrial, porque deve existir também uma preocupação acerca das vidas das pessoas para lá da desindustrialização, e com a relação que estabelecem com a paisagem (MEDEIROS, 2018: 61). Existe um *continuum* indissociável da vida dos operários e dos seus agregados familiares: hortas, pomares e a criação de animais eram fundamentais para vários níveis da segurança alimentar e da economia doméstica, permitindo que as famílias não colapsassem totalmente em tempos de escassez.

Além disso, a auto-suficiência agrícola dentro da fábrica reflecte uma forma de resistência e adaptação às condições de trabalho, às imposições de classe e às limitações económicas; as práticas quotidianas de resistência, como o cultivo de alimentos, são formas de agência que permitem às comunidades operárias manter um certo grau de autonomia e dignidade (SCOTT, 1985). Ao cultivar suas próprias hortas e pomares, os trabalhadores não só complementavam os seus salários, mas também reafirmavam a sua capacidade de controlar aspectos importantes das suas vidas. Os métodos de cultivo tradicionais também oferecem *visões valiosas* sobre a continuidade e a evolução das práticas agrícolas em contextos industriais.

Por fim, a consideração da parte rústica dentro da fábrica é essencial para uma compreensão mais humana e emocional da vida dos trabalhadores. As hortas e pomares não eram apenas fontes de alimento; eram tam-

bém espaços de socialização, competição e orgulho. As disputas territoriais e as competições alegres entre os grupos de trabalhadores reflectiam uma cultura de solidariedade e cooperação que era fundamental para a coesão social. Assim, a inclusão da parte rústica dentro da fábrica é necessária para uma compreensão mais rica e multifacetada da vida industrial, e para balancear o discurso marcadamente elitista da arqueologia industrial com o discurso menos “erudito” por parte de quem ainda pode falar por experiência própria.

4.1. HORTAS

“A concessão feita pelo patrão dos terrenos ao pé da casa dos meus pais² incluía o terreno para ‘amanhar’. Feijão, batatas, cebolas, tomate e outras coisas. Também havia animais – galinhas, patos, perus, cabras, coelhos e pombos. Também tinham laranjeiras, pessegueiros, uma ameixeira e videiras. Havia uma horta que ainda hoje é utilizada e que está na parte de lá do edifício central. Dali ainda tiramos pimentos, tomates, feijões, courgettes, couves, pepinos, nabos, cebolas e até melancias e abóboras.”



Foto: Francisco Moura.

FIG. 2 – Uma das hortas que ainda estão presentes nos terrenos da fábrica.

Mas acontecia com frequência uma apropriação pacífica de outros espaços dentro da fábrica, sem que o patrão desse a sua autorização expressa. Em outros locais adjacentes às oficinas ou aos armazéns, os trabalhadores plantaram ao longo das décadas de funcionamento e trabalho, árvores de fruto autóctones: por exemplo, ao pé da prensa (edifício n.º 14), nas galgas (n.º 12), nos peneiros (n.º 17) e no secador (n.º 18) (veja-se a Fig. 3). Havia uma competição alegre entre os grupos que se auto-intitulavam “donos” das árvores, havendo leves disputas territoriais – romãzeiras, damas-

² Edifício n.º 1 na planta da Fig. 3.

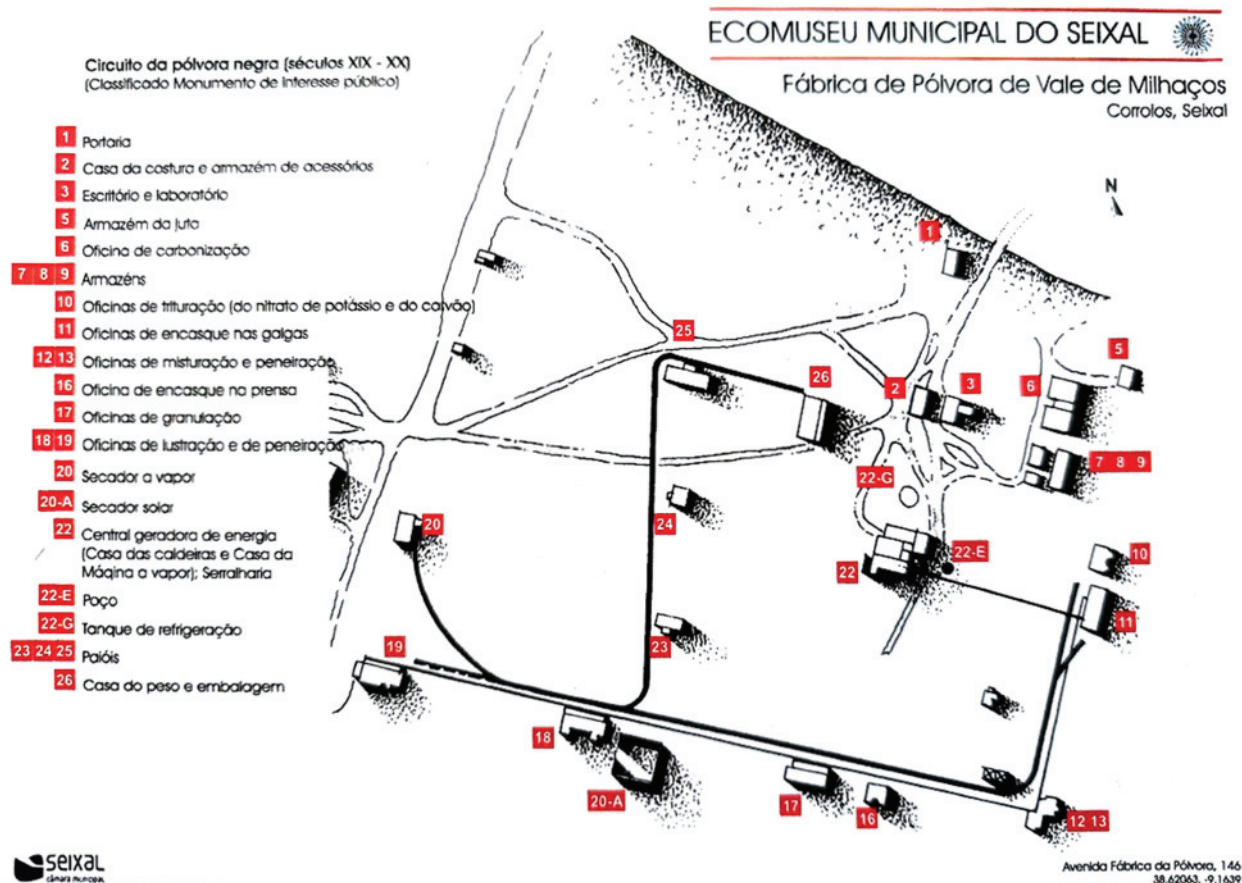


FIG. 3 – Planta da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Ecomuseu Municipal do Seixal - Câmara Municipal do Seixal).

queiros e laranjeiras eram as espécies mais comuns. Estas competições seriam motivo de orgulho quando as pessoas disputavam entre si a melhor qualidade dos produtos, o que não é de estranhar, já que esta prática era comum nos próprios processos fabris. Quando um trabalhador colocado num posto durante muitos anos se mudava para outra tarefa dentro da fábrica, o novo “inquilino” da oficina tornava-se proprietário também da flora circundante.

Estes costumes traduziam-se na obtenção de recursos alimentares extra para os trabalhadores que estavam nas oficinas mais remotas do complexo³, fazendo com que, num momento de pausa, as pessoas pudessem comer fruta fresca sem terem de se deslocar às suas casas (por exemplo, o bairro operário estava a Oeste do complexo, a uma distância de cerca de 900 metros).

A sustentabilidade dentro da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços não se limitava apenas à produção de alimentos. Era um sistema integrado que permitia aos trabalhadores e suas famílias viver de forma mais autónoma e resiliente. A prática de cultivar hortas e árvores de fruto não era apenas uma questão de conveniência, mas também uma forma de garantir alguma segurança alimentar em tempos de escassez.

Além disso, a sustentabilidade também se reflectia na gestão dos recursos naturais. A água, por exemplo, era um recurso vital para a produção de pólvora, e obviamente para a irrigação das hortas. Esta forma de

³ Para uma noção da planta industrial e da sua dispersão no terreno, veja-se CUSTÓDIO, 2012.

sustentabilidade também se manifestava na maneira como os trabalhadores se organizavam para partilhar recursos e conhecimentos. A troca de sementes e produtos, a realização de enxertos em árvores de fruto, a partilha de técnicas de cultivo sobre os quais falaremos mais adiante, e a colaboração na manutenção das hortas e pomares, eram práticas que fortaleciam a comunidade, promoviam a resiliência colectiva e transmitiam a sensação de “família”.

4.2. AUTO-SUFICIÊNCIA

“Antes a gente desenrascava-se. Fosse de que maneira fosse. Um bocadinho daqui um bocadinho dali, o que importava era ter saúde e não passar fome. Se o dinheiro sobrasse ao fim do mês, o que era raro, então era uma maravilha.”

Este aspecto, em tempos de poucos recursos materiais, faria toda a diferença para famílias inteiras. A auto-suficiência era uma necessidade prática e uma aspiração cultural para os trabalhadores da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços. Em tempos de poucos recursos materiais, a capacidade de produzir o próprio alimento era crucial para a sobrevi-

vência das famílias. As hortas e os pomares não só forneciam alimentos frescos e nutritivos, mas também permitiam aos trabalhadores economizar dinheiro que, de outra forma, seria gasto na compra de alimentos. Além disso, a auto-suficiência também se reflectia na produção de outros bens essenciais. Por exemplo, os trabalhadores criavam animais para consumo próprio e para trocas, o que proporcionava ou uma fonte adicional de renda, ou uma ida a menos à mercearia. A produção de lacticínios, ovos e carne era uma parte importante da economia doméstica e contribuía para a diversificação da dieta das famílias. A auto-suficiência também se manifestava na produção de bens não alimentares. Os trabalhadores utilizavam materiais disponíveis na fábrica para produzir utensílios domésticos, ferramentas e até mesmo roupas. A reutilização de materiais e a criação de objectos úteis a partir de recursos locais eram práticas que promoviam a independência e a resiliência.

4.3. MÉTODOS DE CULTIVO

*“O que é que semeávamos, ou o que é que plantávamos?...
O que se podia plantar ou semear. A terra e o tempo é quem mandam.
Fazia-se o que podíamos fazer, e em tempos de pouca fartura,
o que viesse a mais era bem-vindo.”*

Estes eram os tradicionais, com as sementes a serem semeadas e as plantas depois a serem transplantadas para os locais onde ainda algumas árvores ou arbustos se encontram. No caso das hortas, estes processos continuam a ser os mesmos de há décadas. Os métodos de cultivo utilizados pelos trabalhadores da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços eram tradicionais e baseados em conhecimentos ancestrais. A sementeira, a transplantação e a irrigação eram processos meticulosos que exigiam memória, *timings*, habilidade e dedicação. As sementes eram guardadas de uma apanha para a outra, garantindo a continuidade das hortas, mesmo as de pequenas dimensões. A rotação de culturas era uma prática comum que ajudava a manter a fertilidade do solo, e os trabalhadores plantavam diferentes tipos de produtos em diferentes estações do ano, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis. Além disso, os operários utilizavam técnicas de cultivo que promoviam a biodiversidade. A plantação de árvores de fruto autóctones, como romázeiras, da-

masqueiros e laranjeiras, não só fornecia alimentos, mas também contribuía para a preservação do ecossistema local. A diversidade de plantas ajudava a manter o equilíbrio ecológico e a resiliência da flora e fauna locais. A colaboração e a troca de conhecimentos entre os trabalhadores eram fundamentais para o sucesso dos métodos de cultivo, e as técnicas e práticas eram partilhadas entre as famílias, promovendo a continuidade e a preservação dos métodos tradicionais. A comunidade de trabalhadores da fábrica era um repositório de saberes e práticas que se transmitia de geração em geração. Neste caso, o afecto e o companheirismo eram um antídoto para uma servidão voluntária, onde a amizade em rizoma se sobrepunha à verticalidade das estruturas sociais de poder (LA BOÉTIE, 2009 [1552]), tão fundamentais para o funcionamento do todo.

5. TRABALHAR FORA DA FÁBRICA

“Às vezes a fábrica parava por muito tempo. Chegava a estar parada seis meses. O que a malta fazia era manutenção, limpeza, apanhavam lenha para os carbonizadores, e alguns iam fazer trabalhos para quintas aqui à volta. O que não faltava aqui era trabalho...”

Durante alguns períodos, os trabalhadores da fábrica deixavam as suas tarefas no fabrico da pólvora e passavam sazonalmente para a realização de trabalhos de manutenção, de recolha de matéria-prima para a caldeira e para a produção de carvão vegetal nos carbonizadores (n.º 6). Até aos anos 1960 existia uma vinha com mais do que um hectare, a sul do actual perímetro, onde também havia figueiras, oliveiras, pessegueiros e romázeiras.



FIG. 4 – Árvores de fruto perto do edifício n.º 22.

Foro: Francisco Moura.

5.1. TRABALHO EM QUINTAS PRÓXIMAS E A SUA IMPORTÂNCIA

Quando havia menos trabalho na fábrica, os trabalhadores, incluindo mulheres, procuravam emprego em quintas nas redondezas, como a Quinta do Baptista, ou a Quinta do Alemão. Estes trabalhos sazonais incluíam apanha da azeitona e de batatas, ceifa, limpeza de videiras e outras tarefas agrícolas. Os proprietários destas quintas recorriam aos trabalhadores da fábrica de Vale de Milhaços, porque, devido à proximidade geográfica, já conheciam as suas habilidades, desempenho e disponibilidade. Os trabalhos agrícolas, tanto dentro como fora da fábrica, representavam uma fonte de rendimento adicional para os trabalhadores. No passado, este rendimento extra era essencial para a subsistência das famílias, mesmo com os salários pagos pela fábrica, como já foi referido. No aterro a sul da fábrica (ver localização no mapa) estava localizada uma adega, adossada a uma cavalaria. Estes dois equipamentos actualmente já não existem, mas serviam para a produção de vinho para consumo interno do pessoal da fábrica e da família do patrão (Francisco Camello), e para guardar as carroças que transportavam a pólvora em cunhetes de madeira, e uma charrete para a família do patrão ir passear aos Domingos – a Lisboa, segundo contavam os trabalhadores mais antigos.

5.2. DINÂMICAS E PECULIARIDADES

Ainda sobre as disputas saudáveis (ou não tão saudáveis) entre os trabalhadores: o encarregado, temporariamente transformado em capataz e abegão enquanto duravam os trabalhos no campo, colocava um garrafão cheio de vinho com uma caneca no lado oposto ao terreno que se pretendia amanhado. O rancho de trabalhadores, como numa corrida, posicionava-se e partia, e assim cada um tentava chegar em primeiro lugar ao fim do “corte”, onde podia reclamar o seu direito a beber uma caneca de vinho. O processo era repetido no sentido inverso, sendo que o capataz levava o troféu para o outro lado, iniciando nova maratona. Não é de estranhar que, ao fim de algumas horas nesta correria de fundo, alguns dos trabalhadores se encontrassem completamente embriagados. Se a “molhadura”⁴ era uma prática comum nos campos durante o Estado Novo, aqui adquiria contornos mais densos, transformando-se numa verdadeira prova de resistência.

“Uma vez, recordo-me de uma ‘partida’ que foi feita a um dos vencedores. O Lima, completamente bêbado com a quantidade de vinho que tinha no bucho, adormeceu no chão, no meio das ervas. Foi tapado com ramos de eucalipto, e deixámos o gajo sossegado.

Já noite avançada, apareceu ao portão, todo atarantado para picar o relógio de ponto. O guarda do portão muito admirado de o ver ali naquele estado e diz ele assim ‘Estava tão entretido a trabalhar que nem dei pelas horas!’”.

Mas nem sempre as peripécias acaba-

⁴ “Porção de vinho paga pelo capataz ao trabalhador agrícola à jorna, como forma de selar o contracto verbal de trabalho” – Infopedia, dicionário online da Porto Editora – <https://tinyurl.com/3c4rfz5>

vam bem. O Ti Mário, sogro de um dos empregados dos escritórios, morava, durante os anos 1960-1970, numa casinha ao lado da adega, por indulgência do patrão. *“O Ti Mário tinha um cão muito magrinho, e o pessoal depois dos trabalhos da manhã na vinha, compadecidos do estado do animal, juntaram os restos do almoço (toucinho, bacalhau, pão) e fizeram uma ‘gamelada’, que era o nome que a gente chamava quando se juntavam as sobras e dávamos aos bichos”.* Mas a excepcionalidade foi de tal ordem que o animal, esfomeado, devorou uma grande quantidade de comida. Não estando habituado a grandes porções, o pobre bicho acabou por falecer, provavelmente com o excesso. Sobre este triste acontecimento, quando os operários o questionavam sobre o destino do animal, o Ti Mário sentenciava peremptório: *“É bem feito, que é para ele não ser guloso”.*

As rivalidades nunca podiam escalar, e esta ideia estava sempre presente na mentalidade das pessoas que ali trabalhavam. As questões mais espinhosas tinham de ser resolvidas sem deixar espaço para grandes rancores, precisamente porque o trabalho da fábrica era perigoso e não poderia haver espaço para vinganças pessoais que terminassem em algum tipo de negligência que provocasse uma catástrofe.

6. CONCILIAR TRABALHO FABRIL, RURAL E VIDA SOCIAL/FAMILIAR

“Era miúdo e ainda andava na escola primária, lembro-me que eu era o moço de recados dos ranchos que faziam o corte das árvores nos terrenos do patrão, e ficava atento a ver os homens a trabalhar com os serrotes e as podoas, e aprendi muito com eles. Ia buscar-lhes a bucha para comer, ou vinho à taberna quando era a pausa do trabalho, e nessas alturas ouvia com atenção as conversas dos mais velhos, apanhava ali as histórias, e é uma coisa que nunca mais me esqueci.”

As dinâmicas entre o trabalho industrial, as actividades agrícolas e a vida social eram uma constante na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços. Mesmo com toda a carga física e os riscos associados à produção de pólvora, os trabalhadores mantinham formas de convívio e de ligação com o espaço rural que envolvia a fábrica. A música, por exemplo, desempenhou um papel importante na vida comunitária: uma banda improvisada e um clube de futebol eram pontos de sociabilização, mas Francisco apenas ouviu falar destas actividades aos mais velhos.

A união fazia a força, e isto estava bem patente quando descarrilhava uma das quatro vagonas usadas no transporte de materiais pela linha *Dcauville* da fábrica. Cada vagona tinha um propósito específico: uma para a galga, outra para os peneiros, uma para as mulheres e uma destinada ao trabalho dos carbonizadores (embora esta última já não existisse no tempo de Francisco). A vagona das mulheres, assim chamada porque a

maioria das tarefas naquele troço do circuito de produção era executada por trabalhadoras, era a que teimosamente mais sofria descarrilamentos, mas os homens que estavam nas outras oficinas intervinham sempre que necessário.

Os horários na fábrica eram flexíveis, ajustando-se às exigências da produção. Ocasionalmente, realizavam-se horas extras, principalmente durante manutenções ou em resposta a grandes encomendas. O trabalho era fisicamente exaustivo, causando problemas de saúde complicados, como hérnias e entorses, para não recordar que os riscos da pólvora resultavam em acidentes sérios, incluindo queimaduras graves. As normas de segurança, especialmente a protecção respiratória, eram insuficientes, e só nos últimos anos foram implementadas medidas mais rigorosas, alinhadas com as directivas europeias de higiene e segurança no trabalho. No fundo, não houve tempo para isto. Historicamente, a relação entre patrões e trabalhadores era próxima, reflectindo-se em gestos paternalistas por parte de figuras como Francisco Camello, avô do último patrão. Ele era uma presença constante na fábrica, conhecendo os trabalhadores e demonstrando preocupação com o seu bem-estar. Era comum oferecer salários superiores ao estipulado, ceder terrenos para cultivo e organizar eventos sociais, fortalecendo o sentimento de comunidade entre as famílias operárias que residiam no bairro operário.

No entanto, esta proximidade foi-se desvanecendo. Após o 25 de Abril de 1974, o ambiente da fábrica não sofreu grandes convulsões, com Manuel Camello a garantir aumentos salariais generosos para sossegar os trabalhadores, mesmo em contraste com o cenário agitado do PREC (*Processo Revolucionário em Curso*). Mas, à medida que os filhos de Manuel assumiram a administração, a relação tornou-se mais formal, delegando responsabilidades aos encarregados e limitando o contacto directo com os operários.

Nas últimas décadas, a fábrica operou, literalmente, a todo o vapor, com produção anual a superar as 200 toneladas de pólvora negra, mesmo com paragens em Agosto e interrupções pontuais devido ao risco de trovoadas. Trabalhadores temporários foram contratados, mas os processos manuais tradicionais não atraíam aqueles, já familiarizados com facilitadores do trabalho, tais como monta cargas ou empilhadores. Mesmo nestes tempos, os processos continuavam fisicamente exigentes. A produção declinou com o fim de certas linhas e o encerramento gradual da fábrica, incluindo a transferência da produção de cordão detonante

para outra unidade. A transformação da fábrica em museu, embora temida por muitos como sinal de desemprego, foi recebida como um encerramento inevitável.

Para terminar, um aspecto curioso da vida laboral era o cultivo de hortas “clandestinas”. O termo “clandestino” não sugeria ilegalidade, mas sim a ausência de autorização formal. Estas práticas reflectiam a resistência passiva dos trabalhadores, criando um espaço de autonomia face ao controlo patronal. A relação com o patrão era complexa, marcada por uma mistura de respeito, gratidão e ressentimento. O cultivo de hortas era também uma necessidade económica, sendo uma forma vital de complementar os rendimentos. Apesar da sua informalidade, o patrão tolerava estas actividades, reconhecendo as dificuldades dos trabalhadores e contribuindo para a manutenção da paz social.

7. DISCUSSÃO

“Há aqui coisas que só eu é que sei porque eu estava cá antes, e eu é que vi acontecer. Podem vir os especialistas, podem vir os conservadores-restauradores, mas não é com bisturis que se limpa a máquina. Isto até pode ser uma obra de arte para alguns, mas quando foi feita era uma coisa feita para trabalhar.”

As práticas de uso do espaço dentro e fora da fábrica desafiavam algumas ideias mais convencionais de espaço industrial. Amiúde, e como já referimos, o espaço industrial é visto apenas como um local de produção, ignorando as suas dimensões sociais e interpessoais. A Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços é um exemplo disto, mas através das palavras do Francisco e das suas memórias vamos tentar contrariar esta tendência.



FIG. 5 – Interior da casa da máquina a vapor, no edifício n.º 22.

As hortas, pomares e a criação de animais não eram apenas fontes de alimento; eram também espaços de socialização, competição e orgulho. As “disputas” territoriais e as competições alegres entre os grupos de trabalhadores reflectiam uma cultura de solidariedade e cooperação, fundamentais para a coesão social quer antes do 25 de Abril de 1974, quer depois, numa sociedade a recuperar de décadas de ditadura.

Estas práticas desafiam a visão elitista e unidimensional do espaço industrial, mostrando que a fábrica era um local de vida, de interacção social e de resistência. Como argumenta James C. Scott (em outra dimensão de estudo, mas certa na essência), as práticas quotidianas de resistência, como o cultivo de alimentos, são formas de agência que permitem às comunidades operárias manter um certo grau de autonomia e dignidade (SCOTT, 1985: 302).

A industrialização teve um impacto profundo nas relações comunitárias e no ambiente, independentemente dos contextos geográficos ou dos panoramas político-sociais. A prática de cultivar hortas e árvores de fruto não era apenas uma questão de conveniência, mas também uma maneira de garantir alguma segurança alimentar em tempos de escassez, algo que, para quem não conheceu o contexto, pode parecer bastante ingénuo. Mas a partilha de técnicas de cultivo e a colaboração na manutenção das hortas e pomares eram práticas que fortaleciam a comunidade, promoviam a resiliência colectiva e transmitiam a sensação de comunidade coesa. Estas práticas são relevantes para as discussões contemporâneas sobre sustentabilidade e conservação do património industrial, provando que a sustentabilidade não é uma nova invenção, mas uma prática enraizada nas comunidades operárias.

Neste aspecto, o conceito de “lugar de fala” é fundamental para entender como as vozes dos trabalhadores foram historicamente silenciadas. Para Djamil RIBEIRO (2019), o “lugar de fala” surge como um mecanismo para combater o silenciamento histórico de grupos minoritários por grupos privilegiados em canais públicos. Historicamente, as elites controlam os meios de produção simbólica (cultura, religião, educação e os *media*) para impor a sua visão de hierarquia social. Esse controlo resulta no esbatimento das experiências e perspectivas dos grupos subalternos, como camponeses, trabalhadores e minorias sociais.

O “lugar de fala” fortalece esses grupos marginalizados, dando-lhes legitimidade para falarem sobre as suas próprias experiências. Ao dar voz aos marginalizados, o “lugar de fala” desafia a narrativa dominante e expõe as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades. No contexto da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, o “lugar de fala” permite que os trabalhadores, que realmente viveram e construíram essas histórias, tenham a oportunidade de contar suas próprias narrativas. No caso presente, um dos trabalhadores fala por si próprio e é responsável pelo seu discurso.

Embora o “lugar de fala” seja uma forma (e talvez das poucas, actualmente) de dar voz aos marginalizados, a sua aplicação em conexão com a academia exige muito cuidado para evitar entraves a um discurso honesto. É importante reconhecer que as pessoas de fora de um grupo

social específico podem, e devem, participar em discussões sobre questões sociais, desde que o façam de forma ética e cortês, reconhecendo os seus privilégios enquanto porta-vozes e amplificando as outras vozes, aquelas dos directamente afectados. Além disso, é crucial evitar a restrição excessiva do diálogo e o apoio em argumentos *ad hominem*, que atacam aqueles que lhes subtraem conscientemente ou não o seu direito a falar por si, em vez das suas ideias ou convicções.

Em suma, uma crítica ao conceito de “lugar de fala” num debate público é que o mesmo pode restringir a troca saudável de ideias. Por exemplo, um homem vir a sentir resistência feminina se quiser abordar o feminismo, posição que é defendida por algumas correntes mais extremistas do movimento feminista ⁵. O “lugar de fala” deve ser usado de forma responsável, promovendo o diálogo e a compreensão mútua. Nas palavras de Djamil RIBEIRO (2019: 30), “[...] *falar não se restringe ao acto de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social*”.

8. CONCLUSÃO

A Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços não é apenas um testemunho importante do património industrial e do consequente processo de desindustrialização. É também um lugar onde as histórias e as experiências dos seus trabalhadores foram sendo esquecidas, ou pouco destacadas, principalmente as particularidades menos visíveis do dia-a-dia dos operários ⁶. Este artigo tentou aclarar um desses aspectos: a dimensão rural escondida no coração do complexo industrial, uma perspectiva que, apesar de tantas vezes omissa, é crucial para uma compreensão mais completa e humana da vida fabril.

Ao trazer para a primeira linha do texto a voz de um antigo trabalhador, alguém que não apenas viu, mas que também viveu a fábrica, propusemo-nos a questionar as hierarquias tradicionais do saber académico. Aqui, não se trata de narrar ou reciclar o discurso acerca da cronologia institucional ou de destacar proezas técnicas. Antes, tentámos que a fábrica fosse narrada e vocalizada por quem a voltou a manter de pé, tornando visíveis as histórias e vivências que resistem nas margens da historiografia e das narrativas da arqueologia industrial. Com isto, desafiámos as narrativas dominantes, provando que existe espaço para um debate público mais equitativo, inclusivo, e menos elitista.

Inserir a vertente agrícola na discussão da fábrica não é um mero adorno. Julgamos ser algo essencial para captar a complexidade da vida dos operários. As hortas, os pomares e a criação de animais não se limitavam a fornecer sustento, pois eram

⁵ Ver “O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público”, texto de Matheus Moreira e Tatiana Dias no jornal digital *Nexo*, edição de 2017-01-15, com actualização em 2023-12-28 – <https://tinyurl.com/dwtjzku>

⁶ A excepção está patente em POGARELL, 2017.

espaços de comunidade, de orgulho e, por vezes, de competições. Uma mais saudáveis, outras menos saudáveis, principalmente se o troféu era chegar ao fundo de um garrafão de vinho! Não obstante, as disputas por terreno e as competições de colheitas ilustravam uma cultura de solidariedade, mas também de alegria e rivalidade, pilares fundamentais para a coesão social do espaço.

O conceito de “lugar de fala” ganha aqui um peso especial. Como sublinha Djamilá RIBEIRO (2019), o “lugar de fala” é uma ferramenta poderosa que desmascara as estruturas de poder e expõe o silenciamento histórico de grupos marginalizados. Em Portugal, as elites culturais monopolizaram sempre as narrativas e pontos de vista, apagando as vozes de camponeses, operários e outras minorias, para poderem fazer valer as suas agendas pessoais. Ora, o “lugar de fala” devolve a legitimidade a estas vozes, permitindo-lhes partilhar as suas próprias histórias de luta e resiliência. No caso da Fábrica de Vale de Milhaços, ouvir os trabalhadores é reconhecer a verdade de quem construiu e viveu o espaço. Neste aspecto, o presente trabalho é um início.

Contudo, aplicar o conceito de “lugar de fala” na academia, ou para a academia, requer sensibilidade. É fundamental que aqueles que não fazem parte do grupo marginalizado não se retraiam do debate, mas que o façam com ética, amplificando as vozes dos que têm a legitimidade da experiência, sem monopolizar o discurso ou diluir a sua força.

Em última análise, este artigo ambiciona desconstruir a hierarquia académica que tantas vezes silencia os protagonistas da história. Ao explorar as práticas de auto-suficiência agrícola e a resiliência dos trabalhadores, visamos uma compreensão mais profunda e nuancada da vida industrial, contribuindo para um diálogo mais justo, inclusivo e fiel às realidades vividas.

Dedicamos este texto a todos os trabalhadores, homens e mulheres que passaram na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, dedicaram a sua vida ao local e deixaram de alguma forma a sua marca.

“Quero dedicar também àqueles que já não estão entre os vivos, como os que morreram nos acidentes, e àqueles que, não sendo pessoas também fazem parte da história da Fábrica.” 🐦

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASELLA, Eleanor Conlin e SYMONDS, James (eds.) (2005) – *Industrial Archaeology. Future Directions*. New York: Library of Congress, Springer (*Contributions to Global Historical Archaeology*) – <https://doi.org/10.1007/b99735>
- COELHO, Rui Gomes (2020) – “Como Descolonizar a Arqueologia Portuguesa?”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITECEM, pp. 25-39 – <https://tinyurl.com/249kxwf5>
- CUSTÓDIO, Jorge (2012) – “The Gunpowder factory in Vale de Milhaços. Uniqueness and Innovation of an industrial complex belonging to the Portuguese industrial heritage”. *Pedra & Cal*. Conservação & Reabilitação. Lisboa: GECORPA. Ano XIV. 52: 16-18 – <https://tinyurl.com/4sa4j4dr>
- DE VARINE, Hugues (1985) – “El ecomuseo, más allá de la palabra”. *Museum*. 148 (vol. 37-4) - Imágenes del ecomuseo. Paris: Unesco. 37 (4): 185 – <https://tinyurl.com/56jdvpft>
- FILÍPE, Graça (2017a) – “Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Seixal - Portugal) Séculos XIX-XXI: importância da protecção legal do património industrial e potencialidades da musealização do Circuito da Pólvora Negra”. In VIEIRA, Eduarda e CORDEIRO, José Manuel Lopes (eds.). *II Congresso Internacional sobre Património Industrial. Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI*. S.l.: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes / Universidade Católica Portuguesa / Associação Portuguesa para o Património Industrial, pp. 422-431 – <https://tinyurl.com/brv33rhh>
- FILÍPE, Graça (2017b) – “Circuito da Pólvora Negra de Vale de Milhaços: patrimonialização e gestão de património”. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). *Pensar y Actuar Sobre el Patrimonio Industrial en el Territorio*. INCUNA - Asociación de Arqueología Industrial / CICEES - Centro de Iniciativas Culturales y Sociales, pp. 473-480 (*Colección Los Ojos de la Memoria*, 19).
- FILÍPE, Graça (2020) – “The safeguarding of the Vale de Milhaços Gunpowder Factory and the operational conservation of the steam generator and the steam engine and the project”. *Architectus*. Wrocław: Wrocław University of Science and Technology. 61 (1): 17-24.
- FILÍPE, Graça; SABINO, Fátima e VERÍSSIMO, Fátima (2009) – “Herança de um Meio Técnico e Valorização de um Capital de Saber-Fazer: da pólvora à vitalidade do património industrial em Vale de Milhaços”. In COSTA, Paulo Ferreira da (coord.). *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação / Sofilimits, pp. 265-275.
- HALL, Stuart (2003) – *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LA BOÉTIE, Étienne de (2009) – *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. [edição original: 1552].
- MEDEIROS, Leonor (2018) – *Heritage-led Development in Postindustrial Areas: a systematic approach to industrial landscapes*. Tese de Doutoramento em Arqueologia e Património Industrial. Michigan: Michigan Technological University – <https://doi.org/10.37099/mtu.dc.etdr/673>
- PALMER, Marilyn e NEAVEYSON, Peter (1998) – *Industrial Archaeology. Principles and Practice*. London: Routledge.
- POGARELL, Margarida (2017) – *A Fábrica. Vidas à Sombra da Pólvora em Vale de Milhaços*. Lisboa: Ideias com História.
- RIBEIRO, Djamilá (2019) – *Lugar de Fala*. São Paulo: Ed. Pólen.
- SCOTT, James C. (1985) – *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press – <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq836>
- SEQUEIRA, João Luís (2023a) – “Contexto Histórico e Tecnológico dos Equipamentos a Vapor da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços”. *Arqueologia Industrial*. Famalicão: Município de Vila Nova de Famalicão / Museu da Indústria Têxtil. 5.ª Série. 5 (2): 04.
- SEQUEIRA, João Luís (2023b) – “O Cão, o Guarda e a Fábrica: ausências agências na arqueologia industrial e ontologias desconfortáveis”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 26 (2): 118-130 – <https://tinyurl.com/38h3freh>
- SMITH, David Marshall (1967) – *The Industrial Archaeology of the East Midlands*. New York: Augustus M. Kelley Publishers.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2025-01-18]